

NUPCIALIDADE, FAMÍLIA, MEDITERRÂNEO*

Robert Rowland

I

Numa reunião ao tema "Nupcialidade e família" constituem referência obrigatória os trabalhos de John Hajnal e de Peter Laslett. Com efeito, é em grande parte a esses dois estudiosos britânicos que devemos a definição do campo de estudos correspondente a esta sessão, e isto sob três pontos de vista.

Em primeiro lugar, foram estes autores -Hajnal com o seu ensaio sobre "European Marriage Patterns in Perspective" (Hajnal, 1965), e Laslett com o volume colectivo Household and Family in Past Time (Laslett e Wall, 1972)- que deram início ao conjunto de estudos comparados realizados nos últimos dez a vinte anos sobre, respectivamente, a nupcialidade e as estruturas familiares. Esses estudos contribuíram para reafirmar a importância da nupcialidade na estruturação e regulação dos diversos regimes demográficos; mas foram também de importância decisiva na abertura dos estudos de demografia histórica à história da família e das estruturas sociais, na medida em que, justamente, centravam a sua -e a nossa- atenção na mais "sociológica" das variáveis demográficas.

Em segundo lugar, foram eles, juntamente com Jacques Dupâquier, que chamaram a atenção para a eventual existência de uma relação de interdependência entre regimes de casamento e modos de formação dos agregados familiares sublinhando implicitamente a necessidade de inclusão das estruturas familiares em qualquer análise comparada de regimes de nupcialidade e das suas implicações propriamente demográficas (Hajnal, 1965; Laslett, 1977; Dupâquier, 1972).

Em terceiro lugar, finalmente é a Hajnal (1965, 1982) e a Laslett (1983) que devemos uma das tentativas analiticamente mais articuladas de estabelecer uma geografia da nupcialidade e das estruturas familiares na Europa.⁽¹⁾ Nesse contexto, foi decisiva a sua contribuição para o ressurgimento de interesse por perspectivas comparadas e regionais no estudo de populações do passado.

Explica-se, assim, que um dos temas subjacentes a esta sessão seja necessariamente o da existência ou não, em relação à nupcialidade e às estruturas familiares, de modelos especificamente "mediterrânicos", e que o ponto de partida para a discussão seja o modelo "mediterrânico" delineado por Peter Laslett na tipologia regional que sintetiza a sua contribuição ao volume Family Forms in Historic Europe (Laslett, 1983). Várias comunicações se referem à proposta de Laslett, contras-

tando o que seria de esperar à luz do modelo com o empiricamente observável nesta ou naquela região das duas penínsulas, a italiana e a ibérica. Temos, assim, avaliações do realismo do modelo em Portugal (Nunes, 1987), no Sudeste de Espanha (Martínez Carrión e Fenollós Soriano, 1987; Hurtado Martínez, 1987), em Toscana (della Pina, 1987; Doveri, 1987) e numa zona alpina do Norte de Itália (Viazzo, 1987). Outros textos, sem se referirem directamente ao modelo, inserem-se - pela escolha das variáveis e apresentação dos resultados - no mesmo discurso comparativo e procuram implicitamente definir a especificidade regional das situações analisadas (cfr., entre outros, Dopico, 1987 (Espanha); Durrães, 1987 (Noroeste de Portugal); Ortega Berruguete, 1987 (País Basco); Angeli, 1987 (Emilia-Romagna); da Molin, 1987 (Sul de Itália).

O facto de esta ser a primeira vez que se reúnem informações comparáveis sobre um número significativo de regiões da Europa mediterrânica ⁽²⁾ não nos deveria, contudo, fazer cair na tentação demasiado fácil de simplesmente avaliarmos o modelo laslettiano em termos da sua "adequação ao real". Antes de procurarmos retirar conclusões com base na informação factual que nos é proposta conviria avaliar em que medida essa metodologia será a mais apropriada, e em que medida os próprios termos do confronto entre modelo e realidade não carecerão de revisão.

Dizia Weber (1964, I, p. 14) que a utilidade de um tipo ideal está numa relação inversa à sua correspondência com o empiricamente observado. Por trás de sua argumentação aparentemente perversa está a ideia que a utilização de um tipo ideal permite estruturar a nossa própria percepção da realidade. Segundo Weber, será através do confronto entre um determinado modelo, construído de acordo com as nossas preocupações teóricas, e várias situações concretas que poderemos isolar e definir aquilo que é preciso explicar - os desvios em relação ao modelo manifestados por cada uma das situações observadas. O modelo ou tipo ideal deveria, por conseguinte, conter e resumir na sua própria formulação os termos da discussão e a problemática subjacente à investigação em causa ⁽³⁾.

Se aceitarmos esta posição como válida apesar das dificuldades que encerra somos levados a perguntar - o que deveria logicamente ser feito antes de multiplicarmos os estudos empíricos sobre estruturas familiares ou sobre idades médias ao casamento - se o esquema proposto por Laslett e a correspondente tipologia dos quatro modelos regionais europeus correspondem de facto aos termos em que se deveria colocar uma discussão sobre as relações entre nupcialidade e família, nesta ou em qualquer outra parte da Europa. Pois só na medida em que o esquema e a tipologia estiverem teórica e metodologicamente fundamentados será legítimo utilizá-los como base para uma discussão e análise comparativas.

Subjacente à tipologia e aos quatro modelos regionais se encontra a chamada "hipótese Hajnal-Laslett" ⁽⁴⁾ acerca da existência, em qualquer sociedade, de uma relação de interdependência funcional entre regime de casamento e modo de

formação dos agregados familiares '3). Nos termos desta hipótese, quando o casamento se encontra normativamente condicionado ao acesso à chefia de um agregado familiar independente -o que pressupõe quer a sucessão à chefia de uma casa pré-existente, quer a acumulação, mediante o trabalho assalariado ou um período de serviço como criado, de um pecúlio próprio- o casamento será tardio. Inversamente, se o novo casal puder ser integrado num grupo doméstico mais amplo, não haverá razões socio-económicas que impeçam um acesso mais precoce ao matrimónio. Existiria, assim, uma relação de interdependência funcional entre o modo de formação dos agregados familiares e o regime de casamento. Um sistema familiar baseado numa regra neolocal de residência pós-matrimonial, no qual predominaria a família simples, ou nuclear, estaria associado a um regime de nupcialidade controlada e casamento tardio. Um regime de nupcialidade mais intensa, caracterizado pelo casamento precoce, estaria pelo contrário associado às formas mais complexas de organização familiar que decorrem de regras patrilocais de residência após o casamento.

Cada um dos quatro modelos regionais apresentados por Laslett é definido por uma combinação específica de características relativas à nupcialidade e à estrutura e modo de formação dos agregados familiares. A escolha destas características -33 ao todo- tem como fundamento implícito o pressuposto de que os elementos definidores do regime matrimonial, da estrutura familiar e da composição do agregado doméstico formam um sistema coerente, pelo que as diferentes combinações observáveis definem soluções alternativas, mas equivalentes em termos funcionais, a um mesmo problema sociológico -o da organização social da reprodução- e constituem, por conseguinte, uma base legítima de comparação entre sociedades diferentes.

De um modo geral (e obviamente muito simplificado) cada modelo pode assim ser definido a partir da caracterização do regime matrimonial e da forma dominante de família que lhe correspondem. O modelo ocidental, nestes termos, define-se pela combinação do casamento tardio (para ambos os sexos) com um sistema familiar de base neolocal, e distingue-se do modelo centro-ocidental pelo facto de este associar o casamento igualmente tardio a um sistema de família troncal (famille-souche, ou stem family). O modelo oriental associa o casamento precoce (para ambos os sexos) a um sistema familiar complexo baseado em agregados familiares conjuntos (joint family households), enquanto que o modelo mediterrânico associa essa mesma complexidade -baseada em agregados familiares conjuntos e frères mais que na família troncal- a um regime de casamento diferenciado, precoce para as mulheres e tardio para os homens (Laslett, 1983, pp. 526-27).

Independentemente da adequação desta tipologia às diferentes realidades regionais '4), há que estabelecer até que ponto os critérios de classificação utilizados fazem com que a variedade das situações aqui descritas se constitua em campo de diferenças, cuja lógica importaria então descortinar. Isto

só seria de facto possível na medida em que se conseguisse atribuir a cada combinação um sentido intrínseco, o que pressuporia a existência de uma relação de interdependência, ou determinação mútua, entre regime de casamento e estrutura familiar.

Se reflectirmos um momento sobre o problema em si, abstraído por enquanto das combinações observáveis no espaço europeu, somos levados a três constatações.

A primeira é de que em qualquer sistema familiar complexo (i.e. não baseado em regras de residência neolocal) a ausência de razões socio-económicas que imponham o casamento tardio não implica, por si só, que o casamento num tal sistema deva necessariamente ser precoce. Com efeito, a relação entre idade ao casamento e modo de formação das famílias é, em si, indeterminada; se e quando ela existe, há que procurar a sua origem e explicação em outros factores.

A segunda é de que, mesmo em sistemas baseados na residência neolocal, a relação que existe entre regime de casamento e estrutura familiar não é uma relação de interdependência. Havendo regras socio-culturais que fazem da possibilidade de acesso à chefia de um agregado doméstico uma condição necessária para o casamento, a idade ao casamento será uma variável dependente, determinada não pela neolocalidade, mas pelo conjunto de factores socio-económicos que influenciam a possibilidade e o ritmo de formação de novos agregados domésticos, e obviamente sem qualquer espécie de influência sobre eles '7'.

A terceira -para a qual, de resto, Hajnal já chamara a atenção (1965, p. 134)- é de que esses factores socio-económicos só poderiam explicar a idade ao casamento dos homens, quando o que caracteriza um regime matrimonial do ponto de vista demográfico é acima de tudo a idade ao casamento das mulheres. Mesmo em sistemas baseados na residência neolocal, a idade ao casamento das mulheres não é determinada nem pela regra da neolocalidade em si, nem pelos factores socio-económicos que regulam as possibilidades de acesso de seus maridos à chefia de um agregado familiar. Apenas em regiões ou culturas em que a mulher é considerada co-responsável pela criação das condições de independência do novo agregado familiar poder-se-á dizer que a idade ao casamento de mulheres e de homens é determinada simultaneamente e pelo mesmo conjunto de factores. Mas mesmo esta determinação 'por arrastamento' atribuível à matriz socio-cultural do casamento e da família na região em causa, não traduz qualquer relação necessária ou de interdependência entre a nupcialidade feminina e a estrutura familiar.

Poderemos assim concluir que a hipótese Hajnal-Laslett acerca da existência de uma relação entre nupcialidade e estrutura familiar apenas terá algum cabimento (independentemente da questão da natureza da relação) em contextos socio-culturais ou regiões caracterizadas por um equilíbrio relativo entre os papéis respectivos de homens e de mulheres na economia do agregado doméstico, e que fora de regiões como

a Inglaterra e o Norte de França o seu alcance analítico é muito reduzido.

Nessas condições ocorre perguntar qual o sentido de se tentar elaborar uma tipologia de âmbito europeu e finalidade comparativa com base em duas variáveis -a nupcialidade e a estrutura familiar- cuja associação parece ser em si contingente. A relação que mantêm entre si nalgumas regiões dependerá de outros factores, não incluídos na tipologia, cuja identificação parece indispensável a qualquer projecto de análise comparativa e deveria constituir, por conseguinte, o objectivo imediato das nossas discussões e investigações.

II

Poderá parecer paradoxal que se conclua não existir qualquer relação necessária entre nupcialidade e estrutura familiar, pois no contexto europeu e à escala individual o casamento e a formação de um novo agregado doméstico são momentos indissolúveis do processo de reprodução social. Poder-se-á até afirmar que é através dessa sua relação que se articulam as dimensões biográfica e colectiva da reprodução social. E no entanto o paradoxo é apenas aparente, e resulta da confusão de dois tipos e níveis de análise muito diferentes.

E evidente, por exemplo, que à escala individual o casamento e a formação da família estão relacionados entre si, ainda que nem sempre de maneira linear. Será por isso que o título desta sessão parece levantar poucos problemas. E também evidente que ao nível normativo o casamento e a família se encontram intimamente ligados, e que quando falamos de modelos de comportamento a sua associação tem cabimento indiscutível.

Mas a passagem do nível individual ou normativo ao nível estatístico de análise é bastante mais problemática. Quando analisamos comportamentos individuais o problema da heterogeneidade não se põe; quando descrevemos padrões normativos de comportamento -quer sejam maioritários (ou 'representativos'), quer francamente minoritários- partimos do princípio que cada modelo de comportamento tem correspondência ao nível das práticas, e que as práticas diferenciadas correspondem modelos alternativos. Em termos estatísticos, no entanto, é a própria noção de 'população' que pressupõe a heterogeneidade, e um 'padrão de nupcialidade' ou uma 'estrutura familiar' são conceitos cujo referente é heterogéneo por definição, e que dizem respeito a aspectos do casamento e da família que só adquirem sentido ao nível estatístico de análise. A relação existente nas culturas europeias entre casamento e formação de um agregado familiar deixa em grande parte indeterminada a idade ao casamento de cada indivíduo. A relação aqui é de outro tipo. Mas esta indeterminação não implica que seja igualmente contingente a relação entre a estrutura familiar de uma população e a idade média ao casamento dos indivíduos que a compõem. E a este segundo nível que se

situa a conclusão da secção anterior, e aqui o paradoxo não tem razão de ser.

O problema está em saber sob que condições, e como, será possível passar de 'modelo(s) de casamento' a 'padrão de nupcialidade', e vice-versa, ou de 'estrutura familiar' às variadíssimas e por vezes instáveis situações empiricamente observáveis em qualquer população real. E também em saber a qual dos dois níveis de análise dizem respeito as informações que nos são proporcionadas por cada tipo de fonte que utilizamos.

III

Não será preciso repetir aqui as já convencionais prevenções e advertências contra o abuso de qualquer desses dois tipos de análise. Se um estudo conduzido exclusivamente ao nível estatístico, sem levar em conta o alcance sociológico do facto de a população em cause ser heterogénea, poderá padecer do 'mal des moyennes' o alcance de um estudo ideográfico 'em filigrana' estará em igual medida condicionado à representatividade do grupo social ou da comunidade que toma como objecto. E sobretudo por essa razão que a questão da passagem de um a outro dos dois níveis de análise não deveria ser descurada.

No contexto desta sessão, contudo, convirá situarmo-nos antes de mais ao nível estatístico e procurar averiguar, à luz de informações que digam respeito ao conjunto de cada uma das populações em causa, se será detectável a existência de um ou mais modelos regionais na Europa mediterrânica, e qual a relação entre esse(s) modelo(s) e o esquema proposto por Laslett.

Infelizmente, os primeiros recenseamentos que incluem informações relativamente pormenorizadas sobre as estruturas familiares dizem respeito a meados do século XX (cfr. Barbagli, 1984; Rowland, 1984; e Dopico, 1987), e nessa altura os padrões de nupcialidade já se encontravam profundamente alterados em função de uma fecundidade controlada. Para detectarmos esses padrões regionais de nupcialidade temos de recorrer aos recenseamentos da segunda metade do século XIX. Mas até que ponto será legítimo tentar estabelecer uma relação entre as estruturas familiares observáveis em meados do século XX e os padrões de nupcialidade observados entre 50 e 100 anos antes?

Uma primeira resposta, não inteiramente satisfatória, procuraria justificar o procedimento invocando a estabilidade relativa das estruturas familiares, já constatada em escala local pelo menos nos casos da Itália centro-setentrional e de algumas zonas em Portugal (Barbagli, 1984; Rowland, 1984). Mas se aceitarmos utilizar um indicador indirecto da estrutura familiar é possível ir um pouco mais longe.

Um indicador bastante plausível do grau de complexidade de um sistema familiar, já utilizado em outros estudos (cfr. Le Bras, 1986), é o número médio de adultos por agregado

familiar. No contexto ibérico a existência de regiões caracterizadas pela emigração diferencial masculina -precisamente aquelas em que a estrutura familiar mais complexa- aconselha a que se utilize um indicador menos sensível aos efeitos da emigração, como seja o número médio de mulheres adultas por agregado familiar. Em 1970, nas 66 províncias e distritos da Península Ibérica, agregados familiares múltiplos era suficientemente elevada ($r = +0.898$, $F = 266.6$) para tornar credível a sua utilização quando se no dispõe de informação mais por-menorizada.

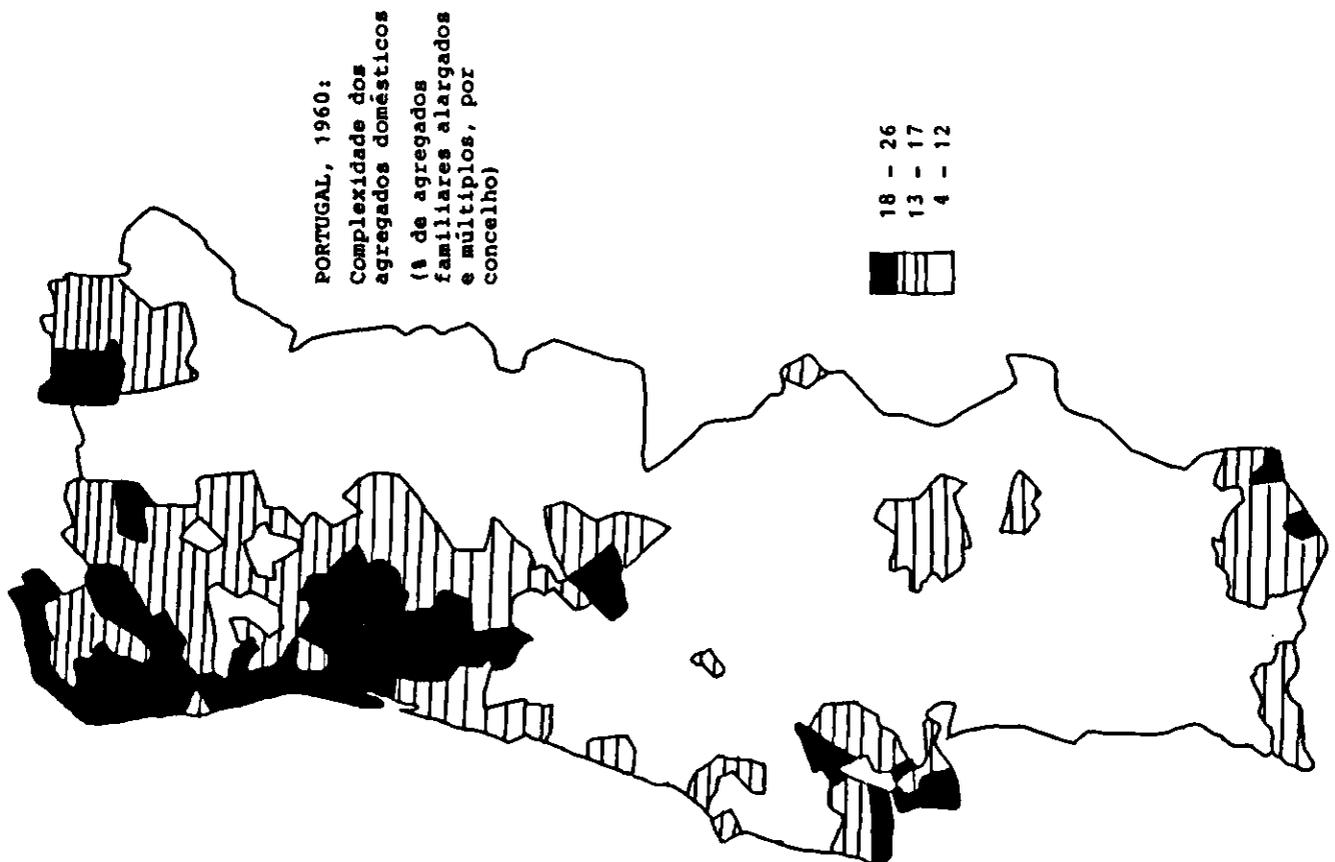
Os mapas 1 e 2 apresentam, respectivamente, a percentagem de agregados familiares complexos em 1960 e o número médio de mulheres adultas por agregado familiar em 1900 nos concelhos de Portugal continental⁽⁸⁾. As diferenças são reduzidas, e a semelhança entre as duas distribuições justifica não só a utilização retrospectiva de dados sobre a estrutura familiar portuguesa em 1960 como também uma comparação entre esses dados e a informação disponível sobre a nupcialidade em finais do século XIX.

Apesar de a estabilidade das estruturas familiares espanholas e italianas não ter sido ainda testada como dados comparáveis, parece legítimo extrapolar a partir do caso português e considerar que, em qualquer dos três países, as alterações eventualmente verificadas nas estruturas familiares entre finais do século XIX e meados do século XX não invalidam o confronto com padrões oitocentistas de nupcialidade.

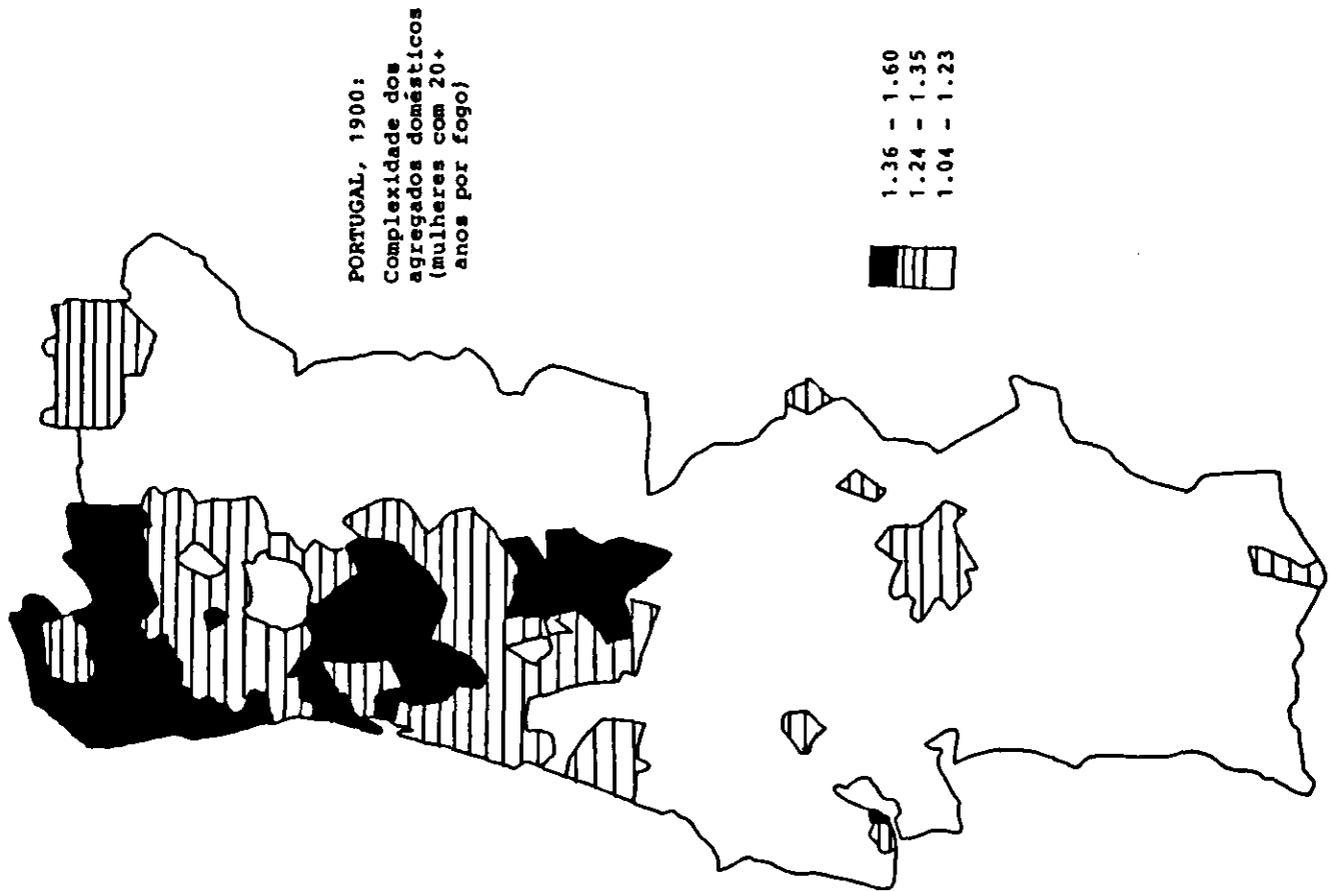
Nestas condições, passa a adquirir sentido e legitimidade um confronto directo entre os mapas 3 e 4, que apresentam, respectivamente, uma visão de conjunto da nupcialidade feminina em finais do século XIX e das estruturas familiares em meados do século XX⁽⁹⁾. Ao contrário do que se sugeriria a hipótese Hajnal-Laslett, a neolocalidade na Europa meridional encontra-se associada a precocidade relativa do casamento feminino, ao mesmo tempo que na maioria das regiões onde a complexidade na estrutura familiar reflecte diferentes formas de patrilocalidade o casamento feminino aparece como sendo relativamente tardio. Pelo menos neste período, a hipótese não parece ter cabimento na Europa meridional⁽¹⁰⁾; e, logicamente, o modelo 'mediterrânico' proposto por Laslett com base nessa mesma hipótese revela ter pouca correspondência com a realidade, como assinalam, aliás várias das comunicações aqui apresentadas.

O que de facto nos é sugerido pelos dois mapas, e pelo conjunto da informação que lhes está subjacente, é uma associação bastante estreita entre uma estrutura familiar baseada na neolocalidade e um regime demográfico de 'alta pressão', caracterizado por taxas elevadas de nupcialidade, natalidade e mortalidade. Esta configuração específica poderá ou não estar associada a cerealicultura extensiva (cfr. Delille, 1977); mas de qualquer modo parece aqui ter cabimento a adopção de uma perspectiva comparada de análise e a procura de elementos comuns às sociedades do Sul de Portugal, de

MAPA 1



MAPA 2



Espanha e de Itália (cfr. Rowland, 1984, 1987b; Martínez Carrión e Fenollós Soriano, 1987; Hurtado Martínez, 1987; da Molin, 1987).

Sem em relação ao sistema neolocal mediterrânico a legitimidade de uma abordagem comparativa e de conjunto parece indiscutível, o mesmo não poderá dizer-se em relação às regiões da Europa mediterrânica caracterizadas por sistemas familiares mais complexos (mapa 5) ¹¹. Como seria, aliás, de esperar, uma vez que a própria noção de 'família complexa' é definida essencialmente pela negativa, as zonas cujo sistema familiar se não baseia na família nuclear e na neolocalidade são muito diferentes umas das outras. Em termos gerais, poderemos distinguir entre sistemas caracterizados por formas de família conjunta e sistemas baseados na família troncal. No primeiro caso temos um sistema em que mais de um filho casado pode residir na casa paterna, e em que irmãos casados podem permanecer juntos, em regime de frèreche, algum tempo após a morte do(s) pai(s). Praticamente desconhecida na Península Ibérica, uma tal solução pode ser encontrada em zonas da Itália central e setentrional (Emilia-Romagna, Toscana, Umbria, Marche, Abruzzi), às vezes, mas não sempre, associada a uma forma específica de parceria (mezzadria). No segundo caso -que encontramos no Noroeste ibérico, nas regiões pireneicas (cfr. Fine e Sangoi, 1987, Fauve-Chamoux, 1987), e em zonas do Norte de Itália (Piemonte, Liguria, Veneto)- só um dos filhos fica a residir na casa paterna após o casamento. Esta solução, típica mas não exclusivamente associada à propriedade camponesa e aos respectivos mecanismos de sucessão e herança, comporta ainda algumas variantes consoante o herdeiro/sucessor seja determinado pela ordem de nascença ou escolhido pelo pai, e neste caso, ainda -mas só no Noroeste ibérico- consoante essa escolha possa ou não recair sobre uma filha e a sucessão ser assegurada, mesmo quando há filhos varões, pelo genro.

A este leque de soluções patrilocais e 'complexas' corresponde uma variedade bastante grande de comportamentos matrimoniais e de pautas regionais de nupcialidade¹², não sendo possível estabelecer qualquer espécie de relação intrínseca entre tipos de família complexa e modelos de casamento. E aqui, mais ainda que no caso dos sistemas de base neolocal, que se evidencia a necessidade de se identificar um conjunto de factores complementares suscetível de explicar, em cada caso, as combinações regionais observadas e de constituir o ponto de partida para uma teorização de âmbito mais geral.

IV

Mas a identificação desses factores complementares exige o recurso a métodos alternativos de investigação. Uma análise estatística conduzida com base em recenseamentos servirá essencialmente para detectar ou confirmar uma associação que possa existir entre duas ou mais variáveis, e em qualquer dos casos o sentido dessa associação ficará por esclarecer, quer em função de considerações a priori de carácter teórico, quer

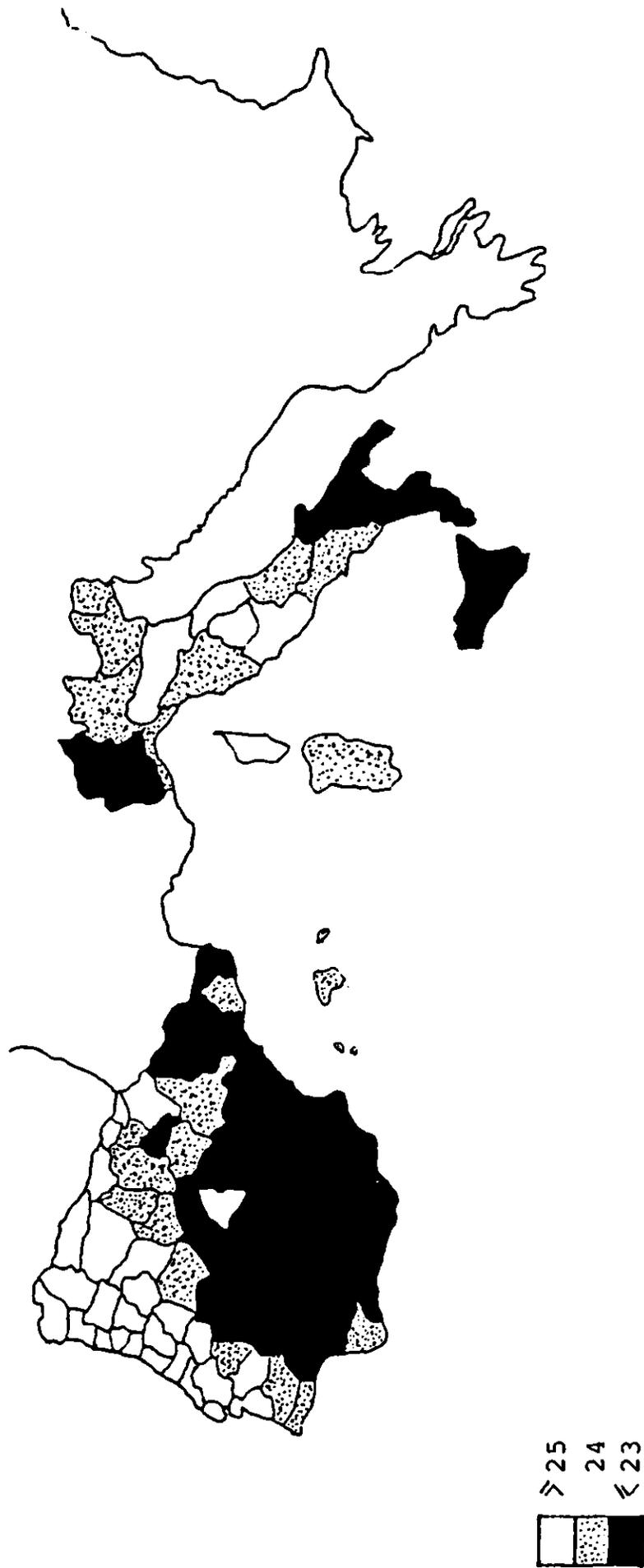
através de investigações de tipo mais intensivo e monográfico. E com efeito a estas últimas que somos obrigados a recorrer face às insuficiências do quadro conceptual e teórico até agora utilizado na análise comparada das estruturas familiares e de seu enquadramento demográfico. Apesar de todos os problemas de representatividade que levantam, são, essencialmente estudos de carácter monográfico, em que é levada em conta a multiplicidade de interacções potenciais entre variáveis, que poderão servir para uma melhor especificação das interrogações que posteriormente queiramos, através de métodos estatísticos, colocar a recenseamentos e outras fontes de carácter mais extensivo e 'representativo'.

Esta combinação de métodos intensivos e extensivos poderá vir a contribuir para o esclarecimento das relações que existem entre nupcialidade e estrutura familiar. Mas se esse é o caminho que importa seguir, não devemos esquecer aquela que é talvez a principal das conclusões que poderemos retirar das investigações realizadas nestes últimos anos: a de que uma compreensão das relações entre nupcialidade e família exige um estudo mais aprofundado do respectivo contexto socio-económico e socio-cultural; e que é precisamente o estudo das relações entre essas variáveis e os seus contextos regionalmente específicos que poderá contribuir para a integração do estudo das estruturas familiares e da demografia histórica numa história social e comparada das populações europeias.

* O número e variedade das comunicações apresentadas na sessão sobre "Nupcialidade e família" tornariam inviável qualquer tentativa de síntese ou visão de conjunto. Optei, assim, por limitar este texto -que mantém a estrutura da minha intervenção oral- à discussão do que me parece ser o problema de fundo e que está subjacente a muitas das comunicações. Gostaria de aproveitar o ensejo para registar aqui a minha dívida em relação a Peter Laslett e John Hajnal. Estas reflexões foram inicialmente estimuladas pelas discussões havidas com eles em 1983, aqueando de um seminário sobre nupcialidade e família na Península Ibérica realizado no Núcleo de Sociologia Histórica do Instituto Gulbenkian de Ciência.

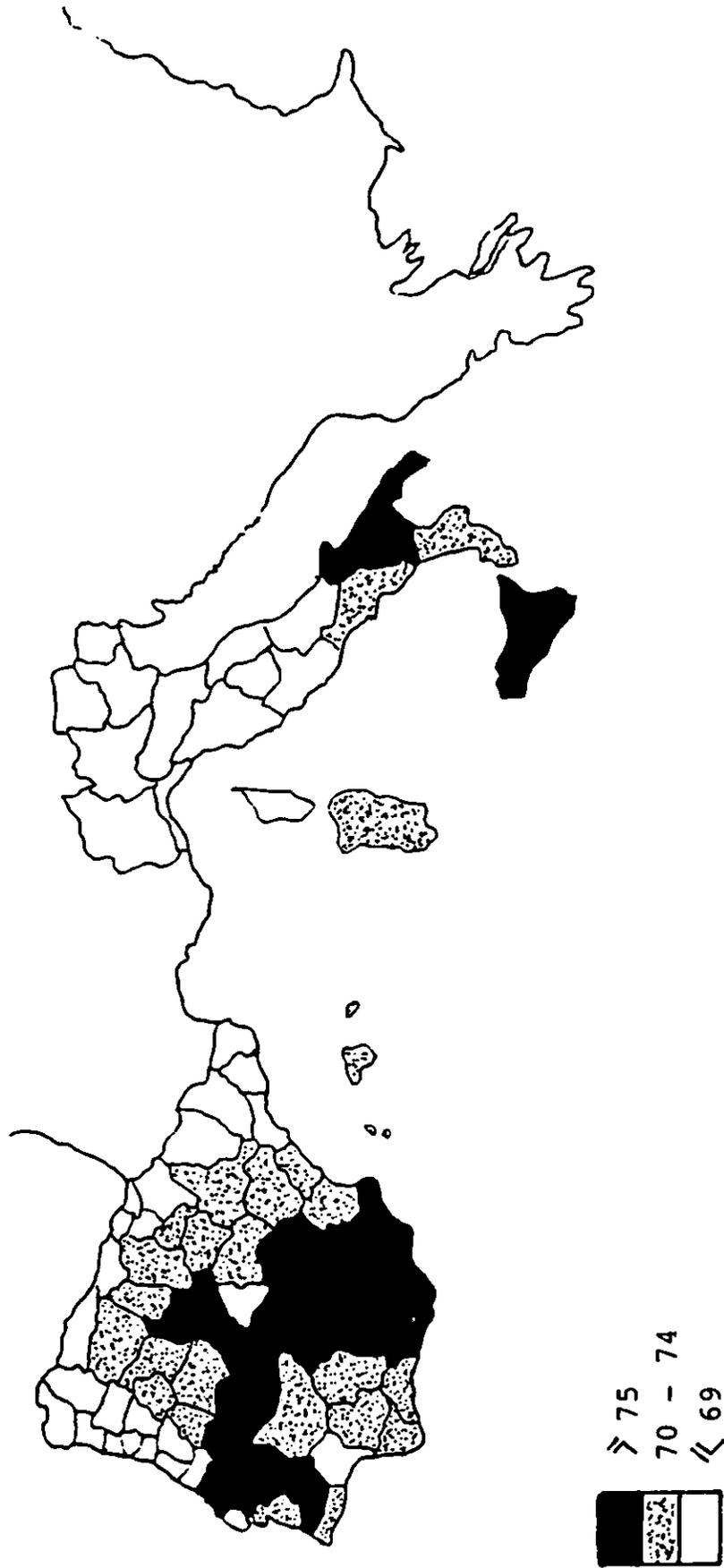
MAPA 3

NUPCIALIDADE FEMININA NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL: Idade média ao primeiro casamento
das mulheres em Portugal (1878), Itália (1881) e Espanha (1887)



MAPA 4

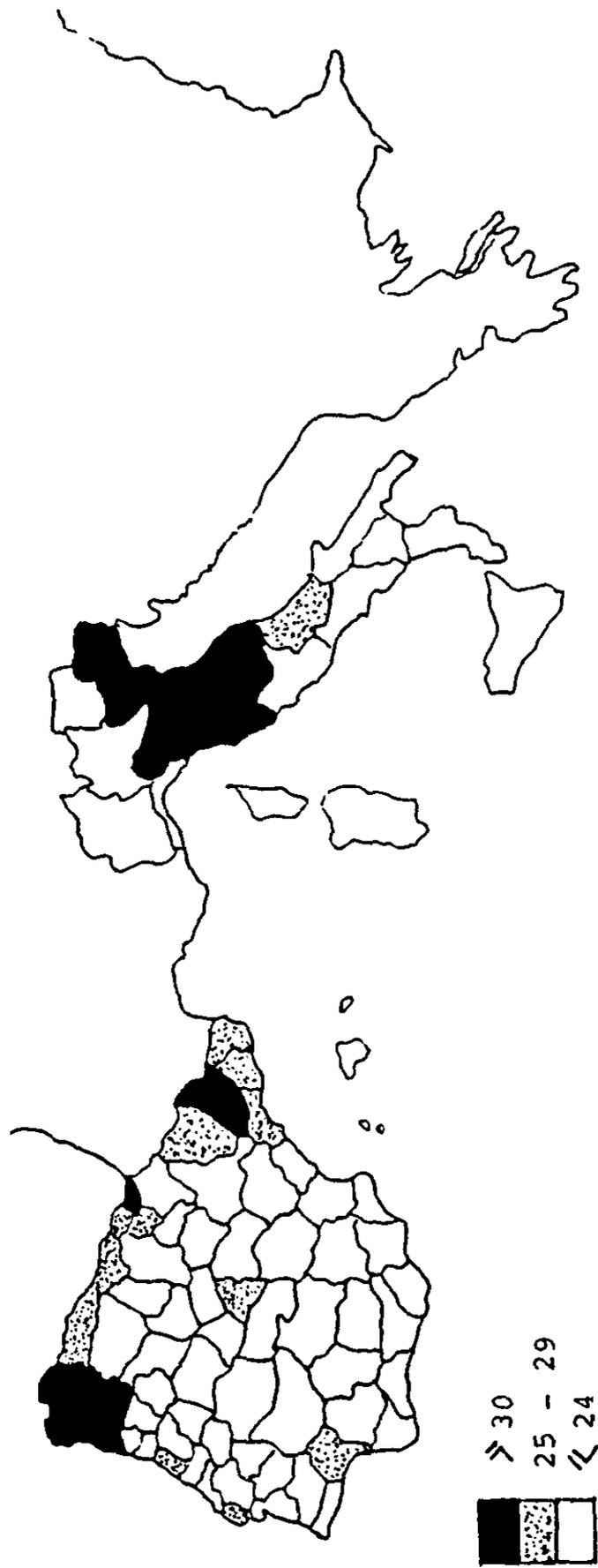
NEOLOCALIDADE NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL: Agregados familiares simples, ou 'famílias nucleares', (%) em Itália (1951), Portugal (1960) e Espanha (1970)



MAPA 5

COMPLEXIDADE DOS AGREGADOS FAMILIARES NO MEDITERRÂNEO OCIDENTAL: Agregados dos tipos

2, 4 e 5 (%) em Itália (1951), Portugal (1960) e Espanha (1970)



NOTAS

(1) Não se poderá evidentemente esquecer, aqui, o European Fertility Project desenvolvido a partir de 1963 na Universidade de Princeton, mesmo se as preocupações dominantes do projecto acabaram por comprometer a análise e compreensão de dimensões sociologicamente significativas da nupcialidade. Cfr. Coale e Watkins, 1986.

(2) O Colóquio de Trieste (1983) sobre Strutture e rapporti familiari in epoca moderna: esperienza italiane e riferimenti europei ficou, neste sentido, aquém das expectativas. Foram muito poucas as comunicações sobre a família no Sul de Itália, e o contexto comparativo limitou-se quase exclusivamente aos países do Centro e Noroeste de Europa.

(3) Estas questões não podem ser aprofundadas aqui. Cfr. Rowland, 1985, 1987a.

(4) Uma primeira versão da hipótese foi esboçada por Hajnal no seu artigo de 1965 (pp. 132-34) e retomada por Laszlett -que assinala a contribuição de Hajnal- no seu ensaio (1977) sobre a família ocidental. A formulação mais recente de Hajnal constitui igualmente o ponto de partida para a contribuição de Laslett Family Forms in Historic Europe e para a já referida tipologia regional europeia. A expressão "Hajnal-Laszlett hypothesis" é do próprio Peter Laslett.

(5) A existência de uma relação deste tipo encontra-se também implícita no modelo de systeme démographique d'ancien régime proposto por Jacques Dupâquier (1972). Através de uma ou outra das duas tradições, a francesa e a inglesa, a noção passou a fazer parte do senso comum historiográfico também em outros países da Europa.

(6) Cfr., no que toca à Europa meridional, Rowland, 1987b.

(7) De resto, pareceria que a intensidade do casamento, mais que a idade de acesso ao mesmo, constitui o elemento na nupcialidade mais sensível às flutuações socio-económicas. Cfr. Goldstone, 1986.

(8) Os dois mapas foram elaborados com base nos dados dos recenseamentos respectivos. Aqui, como de resto em todo o texto, as estruturas familiares são descritas de acordo com as categorias da 'tipologia Hammel-Laszlett'. Para a adaptação das categorias do Censo de 1960 ver Rowland, 1984.

(9) Fontes: elaboração própria de dados dos recenseamentos de 1878 e 1960 (Portugal) e 1887 (Espanha); Rettaroli, 1987; Barbagli, 1984; elaboração por Fausto Dopico de dados do recenseamento espanhol de 1970.

(10) A informação disponível parece indicar que -pelo menos na Península Ibérica- o mesmo será verdade em relação a toda a época moderna. Cfr. Rowland, 1987c.

(11) Fontes: elaboração própria de dados do recenseamento português de 1960; elaboração por Fausto Dopico de dados do recenseamento espanhol de 1970; Barbagli, 1984. A classificação um tanto grosseira é imposta pelas categorias utilizadas nos censos italianos, e destina-se tão-somente a permitir uma visão de conjunto.

(12) Para uma análise de algumas situações na Península Ibérica cfr. agora Rowland, 1987c.

BIBLIOGRAFIA

- ANGELI, A., 1987, "Strutture familiari e nuzialità nel Bolognese a metà '800'", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- BARBAGLI, M., 1984, Sotto lo stesso tetto. Mutamenti della famiglia in Italia dal XV al XX secolo, Bologna.
- COALE, A. J., e WATKINS, S. C. (orgs.), 1986, The Decline of Fertility in Europe, Princeton, N.J.
- DA MOLIN, G., 1987, "Strutture familiare nell'Italia meridionale (sec. XVII-XIX)", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- DELILLE, G., 1977, Agricoltura e demografia nel Regno di Napoli nei secoli XVIII e XIX, Nápoles.
- DELLA PINA, M., 1987, "Famiglia mezzadrile e celibato: le campagne di prato nei secoli XVII e XVIII", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- DOPICO, F., 1987, "Nupcialidad y familia en España (siglos XVI-XX)", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- DOVERI, A., 1987, "Sposi e famiglie nelle campagne pisane di fine 800. Un caso di matrimonio 'mediterraneo'?", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- DUPAQUIER, J., 1972, "De l'animal à l'homme: mécanisme autorégulateur des populations traditionnelles", Revue de l'Institut de Sociologie, 2, pp. 177-211.
- DURRAES, M., 1987, "Herdeiros e não herdeiros: nupcialidade e celibato no contexto da propriedade enfiteuta", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.

- FAUVE-CHAMOUX, A., 1987, "Le fonctionnement de la famille-souche dans les Baronniees des Pyrénées du XVII siècle à al première guerre mondiale", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- FINE, A., e SANGOI, J.C., 1987, "Accès aux biens et mariage dans le sud-ouest de la France (XVIII-XIX siècles)", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- GOLDSTONE, J. A., 1986, "The Demographic Revolution in England: a Re-examination", Population Studies, XL / 1, 5-33.
- HAJNAL, J., 1965, "European Marriage Patterns in Perspective", em D.V. Glass e D.E.C. Eversley (eds.), Population in History, Londres, 101-143.
- HAJNAL, J., 1982, "Two Kinds of Preindustrial Household Formation System", Population and Development Review, VIII / 3, 449-494.
- HURTADO MARTINEZ, J., 1987, "Análisis del hogar en una comunidad murciana durante la segunda mitad del siglo XVIII. Lorca, 1761-1771", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografía Histórica, Barcelona.
- LASLETT, P., 1977, "Characteristics of the Western family considered over time", em Family Life and Illicit Love in Earlier Generations, Cambridge, 12-49.
- LASLETT, P., 1983, "Family and household as work group and kin group: areas of traditional Europe compared", em R. Wall, J. Robin e P. Laslett (orgs.), Family Forms in Historic Europe, Cambridge.
- LASLETT, P., e WALL, R., (orgs.), 1972, Household and Family in Past Time, Cambridge.
- LE BRAS, H., 1986, Les trois France, Paris.
- MARTINEZ CARRION, J.M., e FENOLLOS SORIANO, C., 1987, "Familia y nupcialidad en el sureste de la Península Ibérica: La ñora (Murcia), 1850-1929", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- NUNES, J.A., 1987, "Nupcialidade e família em Portugal (séculos XVI-XX), Balanço crítico e perspectivas", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- ORTEGA BERRUGUETE, A.R., 1987, "Familia y nupcialidad en el País Vasco húmedo a fines de la Edad Moderna", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografia Histórica, Barcelona.
- RETTAROLI, R., 1987, "Età al matrimonio e celibato nell'Italia del XIX século: un análisis regionale", comunicação apresentada ao I Congresso Hispano-Luso-Italiano de Demografía Histórica, Barcelona.
- ROWLAND, R., 1984, "Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: questões para uma investigação comparada", Ler História, 3, 13-32.